



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana

TRABALHO SOCIAL NA HABITAÇÃO E FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS: reflexões sobre os dilemas enfrentados por mulheres beneficiárias do PMCMV em Ananindeua/PA

ETHIENE DA PURIFICAÇÃO DOS ANJOS SANTOS ¹

RESUMO: O artigo apresenta percepções obtidas a partir da experiência profissional na condução do trabalho social com famílias monoparentais femininas beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no município de Ananindeua/PA. Ao longo do artigo é proposto um debate em torno das relações de gênero nos processos de produção da cidade, dos espaços de moradia e na reprodução da vida das mulheres, dando evidência aos conflitos/dilemas enfrentados por elas no processo de conciliação da família, do trabalho e do cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho social. Famílias monoparentais femininas. Moradia. Gênero.

ABSTRACT: The article presents perceptions obtained from professional experience in conducting social work with single-parent female families benefiting from the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), in the municipality of Ananindeua/PA. Throughout the article, a debate is proposed about gender relations in the city's production processes, living spaces and the reproduction of women's lives, highlighting the conflicts/dilemmas faced by them in the process of reconciling the family, work and care.

KEYWORDS: Social work. Female single-parent families. Residence. Gender.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

I INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade trazer contributos para análise sobre as percepções obtidas a partir do desenvolvimento do trabalho social na habitação direcionado à famílias monoparentais femininas beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), na localidade de Ananindeua/PA. Cabe enfatizar, que o referido trabalho é resultado da vivência profissional de assistentes sociais que atuaram na linha de frente da concessão do direito à moradia e no acompanhamento das famílias beneficiárias em diferentes empreendimentos do referido município, no ano de 2021, e ainda, é fruto de estudos e pesquisas que têm desbravado caminhos para o debate sobre as temáticas famílias, gênero, moradia e Serviço Social.

Sendo assim, no presente trabalho serão explanadas especificidades do trabalho social desenvolvido por técnicas sociais contratadas pela Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (ABRADESA), empresa encarregada na condição de agente executora para elaboração, análise e execução de ações/atividades concernentes aos Projetos de Trabalho Social (PTS) em habitacionais remanescentes do revogado PMCMV, na conjuntura ananindeuense. Para mais, no processo de condução do trabalho social, especificamente no período de orientação e acompanhamento da pós-ocupação - inúmeras demandas atravessaram o trabalho técnico: na etapa das visitas, no atendimento em plantões sociais, na inscrição dos cursos para geração de emprego e renda - assim, nestes caminhos do cotidiano profissional, o que mais chamou atenção foi que na maioria das famílias atendidas, as mulheres são as principais responsáveis pela unidade familiar - jovens, maduras, em maior número pretas e pardas, pobres, provedoras de suas casas, dependentes de programas de transferência de renda, conciliam trabalho e cuidado, e enfrentam na dinâmica de suas vidas inúmeras desigualdades e diferentes proporções de violência.

Os caminhos trilhados a partir da experiência profissional e do interesse por estudos críticos denotam a essencialidade de pensar a realidade urbana a partir de questões que incorpore “a diversidade da forma-conteúdo do urbano e da vida cotidiana no processo de produção do espaço, inclusive onde o mesmo se produz” (CARDOSO, 2012). E por que pensar sobre gênero nesse espaço? E por que assinalar as relações estereotipadas e hegemônicas sobre o legado dos papéis sexistas que subalternizam as mulheres nesse

espaço? Respondendo aos questionamentos a partir de Rolnik (1988), porque a cidade nada mais é do que um movimento ininterrupto, de encontros, de conflitos, de um cotidiano permanente de desigualdades (inclusive a de gênero) e violações, ou seja, se pode lê-la a partir de diferentes perspectivas, e é aí que está à razão da primordialidade de se debater/refletir sobre a representatividade do direito à moradia e as contradições que atravessam o cotidiano de vida de famílias chefiadas por mulheres, famílias essas que possuem narrativas de mulheres em situação de vulnerabilidades, que têm necessidades imediatas e que mesmo diante de tanta adversidade fazem movimentos de enfrentamento à realidade anacrônica.

Em Ananindeua, os conflitos e as contradições vivenciados/as pelos/as munícipes são inúmeros, não dessemelhantes de outros municípios brasileiros, entretanto, com suas particularidades o território ananindeuense sofre com as consequências abruptas do neoliberalismo, dentre elas: a segregação social, o déficit habitacional, a violência urbana, moradias com ausência parcial ou total de infraestrutura, transportes coletivos sucateados, e também, assimetria das relações de poder, o reforço das relações desiguais de gênero, insuficiência das redes de assistência e materialização de políticas familistas designadas por um discurso de reafirmação da centralidade da família no processo de acessibilidade à moradia por meio de programas/projetos habitacionais.

Nesta conjuntura, fica nítida uma racionalidade dualista na relação entre Estado/família - que por um viés permite o acesso ao direito por meio de condicionalidades e que ao contrário de minimizar as responsabilidades familiares e as desigualdades de gênero, acaba por reforçá-las, implicando assim em reflexões e indagações referentes à inserção de famílias chefiadas por mulheres nos programas habitacionais; e por outro, se tem a percepção de que os direitos ou se estão sendo viabilizados somente para cumprimento de condicionalidades, sem avaliação das especificidades da vida cotidiana das famílias beneficiárias, em especial as famílias monoparentais femininas - arranjo com maior índice de titularidade nos cadastros e nos documentos de posse dos apartamentos nos habitacionais.

O artigo está estruturado em três partes. A presente introdução. A segunda parte que se debruça sobre o contexto das relações de gênero, das mudanças de percepções sobre a família ao longo de diferentes tempos cronológicos, e ainda, a articulação desses

fenômenos à produção da cidade, aos espaços de moradia e a reprodução da vida das mulheres, particularmente no campo do acesso ao direito à moradia por meio do PMCMV, no município de Ananindeua/PA. Ao final são apresentadas as considerações finais.

II RELAÇÕES DE GÊNERO, FAMÍLIA E HABITAÇÃO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

As relações de gênero são relações sociais que constituem o processo de produção do espaço urbano - sendo assim, ao compreender o espaço urbano como um âmbito socialmente produzido, está-se também abrangendo as relações que o atravessam, dentre elas, deparamo-nos com as questões de gênero. Na condição de um fenômeno meramente urbano, as relações de gênero permitem neste contexto um olhar sobre outras nuances, como exemplo, as relações da mulher com a moradia e com a cidade.

Para Silva (2021), ao ser concebida por um viés dialético, a cidade, nada mais é do que produto, condição e meio de reprodução das relações sociais, é no tecido urbano que as relações se dão de forma dinâmica e estão em um contínuo processo de constituição e reconstituição do espaço, e por estar em constante construção é imprescindível considerar os elementos que constituem seu todo, para assim, alcançar as partes/esferas que o integram enquanto espaço de reprodução econômica, social, cultural e histórico.

Segundo Julie (2018), o processo de (re)produção da cidade é generificado - para autora é possível observar neste espaço a separação dos sexos em zonas dessemelhantes, uma vez que é possível perceber que foi construído historicamente um legado da dominação masculina, que categoriza a relação entre os sexos e os espaços que foram incumbidos à mulheres, bem como a regulação e o controle por meio dos princípios da heteronormatividade.

As relações de gênero entre o feminino e o masculino é um produto histórico - pressupostos da colonialidade do gênero vão para além da especificidade biológica e sexual entre o que é ser feminino e o que é ser masculino, eles envolvem questões vinculadas à história da família, à divisão sexual do trabalho (inclusive a delegação das atividades vinculadas ao cuidado da casa e da família), a hierarquização do poder no seio familiar, ao lugar da mulher na sua vivência na cidade, e ainda, as condicionalidades designadas a ela no que diz respeito às condições de moradia.

Referente a história da família, de início se quer assinalar que as famílias passaram por inúmeras transformações nas diferentes conjunturas econômicas e sociais. O século XVII foi um período de marco histórico que trouxe a primeira definição de família, portanto, a instituição familiar era formada por membros que residiam juntos, e às vezes por vários casais que viviam em uma mesma propriedade que eles mesmos tinham refutado à divisão. Essa tendência à co-propriedade da terra e da indivisão da família deu origem às teorias tradicionalistas do século XIX sobre a grande família patriarcal (ARIÈS, 2018).

O modelo de família patriarcal tinha uma articulação direta com estrutura social de coerção/repressão, na esfera da ideologia disseminada pelo laicato, o disciplinamento pelo patriarcalismo era estabelecido por meio do casamento cristão ao qual a hierarquização masculina se sobrepunha ao feminino, as relações entre homem e mulher estavam alicerçadas na definição de um convívio marcado pela desigualdade determinada pela religião e pela opressão de gênero.

Na concepção marxiana, levando em consideração a dimensão simbólica e cultural do casamento, tratando-se de estudos sobre a historiografia da família - o casamento foi concebido como um espaço de imposição de papéis e padrões, de apropriação do homem sobre a mulher, ou seja, a mulher é propriedade do homem, e nessa relação foram estabelecidos fundamentos sobre valores tradicionais, deveres da família e responsabilidades definidas para homens e mulheres. Rosário e Ferreira (2016), ao analisarem a obra de Marx e Engels intitulada “A Ideologia Alemã” evidenciam que os autores apontam a família como primeiro espaço ao qual a mulher é concebida como propriedade privada, que a opressão de gênero ocorre a partir do momento que o homem trata a mulher como subordinada, como escrava, como corpo sujeito.

Ao se debater sobre famílias, é fundamental refletir sobre o conceito de gênero - uma vez que gênero é entendido como uma relação construída historicamente que permeia todos os níveis e relações sociais definindo papéis e práticas sociais (SCOTT, 1991). Tal noção traz justaposta a distribuição desigual de poder nas famílias, por exemplo, os rumos orientados por valores básicos de ordem patriarcal designadas às mulheres, como cuidar da casa, tomar conta/criar os filhos e ser submissa ao seu pai e/ou ao seu marido (a partir do casamento) – são elementos que demonstram a naturalização do exercício do poder dos homens sobre as mulheres, e também, a execução de funções e atributos individualizados que deveriam ser afazeres coletivos - assim, em tempos de patriarcalismo, a subalternidade feminina já era expressiva e concomitante à disseminação da cultura machista.

Mais à frente, em meados do século XIX o modelo de família patriarcal foi sofrendo mudanças e se adequando a um novo arranjo, denominado de família nuclear burguesa, que se estabeleceu no processo de ascensão da burguesia industrial na conjuntura europeia. Campos e Miotto (2003), ao refletirem sobre as funções sociais colocadas aos gêneros no seio da família nuclear burguesa, reforçam as responsabilidades que prevaleciam para os homens e para as mulheres, assim, o ideário de dependência/ de subordinação acompanhava uma dinâmica que atribuía ao gênero masculino as responsabilidades de chefe de família, já ao gênero feminino estava designado o papel de cuidadora, a figura feminina neste arranjo de organização familiar consiste em fortalecedora de laços de intimidade, de equilíbrio e confiança entre os membros.

Adorno e Horkheimer (1976), ao analisarem as relações no ideário burguês pronunciam-se sobre a família operária no cenário da industrialização, para os autores era dado um novo horizonte às relações de parentesco, presenciava-se a crise da família, portanto, a noção de herdeiro foi esvaziado, os filhos (a prole) adentram o processo produtivo, a autocracia paterna já não tinha a mesma força/eficiência de antes – uma vez que o próprio pater família estava submetido à pressão das leis do mercado; e a mulher passa a conhecer o externo, gradativamente elas ingressavam no mundo do trabalho.

Para Miotto, Campos e Carloto (2015), neste período de transformação da família dá-se lugar ao processo denominado de “individualização da família”, tal ocorrência possibilitou que os membros da família vivenciassem a autonomia e independência

(mesmo que de modo parcial). No que se refere à mulher, além do processo de “individualização da família”, aconteceu a denominada “individualização na família” – processo que gerou novas individualidades, dentre elas a particularidade da mulher e a mudança da morfologia das famílias.

Em seus estudos acerca das mudanças no cenário europeu a partir da Revolução Industrial, Therborn (2015) assinala que no interstício entre os séculos XIX e XX, a família passa a ter uma nova identidade, ela não está mais limitada em si e nem aos seus valores internos, ela passa a ser contemporânea, assentada na redefinição de papéis no seio familiar, portanto, o que era concebido de forma harmônica passou a ser questionando - têm-se aí uma nova dimensão na sociedade urbana no que diz respeito as relações de gênero, há rearranjos em relação a familiar nuclear, é dado lugar à novas configurações familiares, novos sentidos, alteração no tamanho das famílias, na figura da mulher, ficando evidente novos conceitos e percepções socioculturais.

À luz dessas novas condições, deu-se novos designios à mulher no que diz respeito a maternidade, casamento, sexo e trabalho. O início da inserção da mulher no mercado de trabalho não ocorreu de forma tranquila, uma vez sociedade continuava resistente ao rompimento com concepções conservadoras, historicamente construídas - assim, nas fábricas das cidades as mulheres deparavam-se com a resistência de suas famílias, no que diz respeito às atividades industriais, eram consideradas ameaças tanto em relação a concorrência salarial quanto às causas defendidas pela classe trabalhadora da época fortemente constituída e organizada por homens.

Com a revolução industrial ocorreu a cisão entre o mundo do trabalho e o mundo familiar e isso instituiu a dimensão privada da família, contraposta ao mundo público, mudanças significativas a ela referentes, relacionam-se ao impacto do desenvolvimento e das intervenções tecnológicas sobre a reprodução humana. Dentre as significativas mudanças, têm-se a partir da década de 1960 a difusão da pílula anticoncepcional, um marco que possibilitou a separação das concepções sobre sexualidade da reprodução, tal momento histórico permitiu o controle do índice da natalidade, e ainda, viabilizou o processo de autonomia e de escolha sobre o exercício ou não da maternidade, da opção ou não ao casamento, o advento do anticoncepcional foi um marco que viabilizou novas

reconfigurações nas famílias.

Sendo assim, a inserção da mulher no mundo do trabalho, na esfera pública, contribui para que fossem efetivadas muitas das condições necessárias, para que deixasse de ter sua vida e a sua sexualidade vinculadas exclusivamente à maternidade como “destino”. Para mais, os novos processos de legitimação da mulher na sociedade estão vinculados a um outro pilar, o movimento feminista, que trouxe visibilidade às lutas das mulheres no âmbito dos discursos patriarcais, no âmbito laboral (principalmente em relações aos salários baixos, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racial e sexista no trabalho).

A inserção da mulher no mercado de trabalho, pela redistribuição das responsabilidades no ambiente doméstico, pelo enfraquecimento da vida conjugal, pela possibilidade do divórcio e de “novas tradições de relacionamento” (BARDWICK, 1981) – foram alguns dos fatores que corroboraram para a redefinição dos laços familiares. De acordo com Goldani (1994), a partir da década de 1980 ficou mais nítido ainda que a mulher foi adiando os planos de casamento e a vinda de filho ou concebendo-o tardiamente, ocorreu o aumento do número de divórcios e da migração para as grandes cidades - com tais ocorrências deu-se lugar a novos arranjos/configurações da vida em família, dentre elas: o lar unipessoal, lar sem núcleo conjugal, família nuclear sem filhos, família biparental com filhos, família monoparental feminina, dentre outros.

Ainda conforme Goldani (1994), em relação ao período de 1990, ela aponta que esta década pode ser considerada o ano da modernização e vincula tal denominação ao aumento da desigualdade entre as classes que ganhou forças a partir da era da globalização e dos espraiamento de seus princípios que investiu e fortaleceu o mercado, o Estado “desprotegeu” os cidadãos, culminando assim na responsabilização dos mesmos - tais ocorrências impactaram a vida familiar trazendo à tona uma multiplicidade de consequências em relação às condições de vida da população.

Rereferente a realidade brasileira nos anos 2000, Vitale (2002) ao abordar sobre a temática da família, diz que para analisar a família contemporânea é preciso compreender que se está estudando sobre uma realidade em transformação. Segundo a autora, há uma pluralidade de famílias, uma multiplicidade de arranjos, elas podem ser nucleares, podem

ter um modelo triangular, sem a presença masculina e até mesmo serem constituídas por casais sem filhos - para Vitale (2002), um arranjo que merece destaque são as famílias monoparentais, dominação é dada às famílias chefiadas por uma única pessoa que vive sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de vinte e cinco anos de idade e solteiros.

O Censo Demográfico de 2010 apontam que uma das mudanças mais perceptíveis na estrutura das famílias brasileiras observadas a partir de levantamentos demográficos mais recentes, é o aumento de número de famílias que tem a mulher como pessoa de referência, assim

No conjunto de arranjos familiares, embora ainda prevaleça o tipo de família formada por casal e filhos, ganha destaque aquele formado por mulheres sem cônjuge e com filhos [...] Este elemento é um dos mais reveladores em termos da nova configuração das famílias [...] Em 1985 as mulheres eram responsáveis por 18,2% dos lares, percentual que se elevou para 27,3% em 2001 e 38,7% em 2010. Portanto, só nos últimos dez anos houve um acréscimo de 11,4 pontos percentuais. Em termos absolutos, significa que praticamente dobrou o número de mulheres nessa condição na última década: eram 11.160.635 em 2001 e passaram para 22.242.88 em 2010 (GELINSKI; MOSER, 2015, p. 139).

Ao analisar os estudos de Gelinski e Moser (2015), fica perceptível que o concebimento da monoparentalidade feminina está firmado em uma conjuntura marcada não só pela questão de gênero, mas também por um processo que estimula a incidência da miséria e da pobreza, bem como a reprodução da desigualdade social e sua institucionalização. Para Vitale (2002), as famílias chefiadas por mulheres estão propensas a conviver com estigma de que são configurações familiares vulneráveis ou de risco, no entanto, tal designação está vinculada diretamente com questões como grau de instrução e independência financeira da mulher na condição de chefia familiar, e ainda, da relação que é estabelecida com o cônjuge ausente.

Mioto, Campos e Carloto (2015) afirmam que na conjuntura desse Brasil desigual marcado pelas disparidades econômicas, pela incumbência de cobranças à mulher como única responsável pela sua própria subsistência e de seus/suas filhos/as

[...] a mulher enfrenta um caminho difícil tanto na ausência de um companheiro na convivência conjugal, como na saída dessa união – principalmente se não reconhecida legalmente – pela falta de cobertura da proteção social para si e para os filhos. Devido às suas demandas incontornáveis, e à sujeição inevitável a trabalhos mal pagos, torna-se, em geral, diretamente dependente do Estado, mediante subsídios assistenciais [...] (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015, p. 33).

Diante de tais explicações é possível identificar que mesmo diante de conquistas asseguradas historicamente, tanto pelo movimento feminista e pelas lutas diárias das mulheres por melhores condições de subsistência no âmbito da família, pela igualdade salarial, por melhores condições de trabalho e tanta outras bandeiras - ainda sim, as mulheres deparam-se com o peso das obrigações domésticas e a responsabilização pelo cuidado do lar e dos/as filhos/as. Para tanto, os debates evidenciados tanto por Vitale (2002) quanto por Mioto, Campos e Carloto (2015) encaminham para reflexões sobre a condição fadada às famílias monoparentais chefiadas por mulheres e os desafios que mostram que o gênero feminino continua sendo a figura central nas relações familiares, é possível observar que a história da família está intimamente vinculada à história da mulher - e na contemporaneidade a mulher ainda é vista como a principal responsável pela conciliação do trabalho e cuidado, e este acúmulo de tarefas/atividades culminam em duplas e triplas jornadas de trabalho.

As situações explanadas ocorrem no âmbito da cidade, claro, não estão fadadas apenas ao espaço urbano, as mulheres no âmbito rural também enfrentam conflitos e conciliações a partir de especificidades de seu cotidiano - mas aqui se quer dar ênfase à cidade como espaço de habitar, como espaço composto por conflitos entre um trabalho reprodutivo feminino, desvalorizado, alienante e desumanizador, um espaço ao qual mulheres realizam suas tarefas de cuidado e reprodução vinculada à opressão de gênero. Ao refletir sobre as transições da vida cotidiana da mulher na cidade, Silva (2021) traz reflexões sobre o índice de desemprego no meses iniciais do ano de 2020, de acordo com a autora a taxa de mulheres desempregadas foi de 14,5%, já a taxa vinculada aos homens foi de 10,4% - dados estes possibilitam análises em relação ao desemprego e a precarização das relações de trabalho e o quanto isso reflete na renda das mulheres e na manutenção das famílias chefiadas por elas.

A responsabilidade com o trabalho reprodutivo, muitas vezes acumulada com o trabalho produtivo, pode ser visualizada na expressão da relação da mulher com a cidade e com a moradia - pensando nas políticas habitacionais, por exemplo, pode-se dizer que se pensar um espaço para elas e para a configuração familiar chefiada por mulheres é um desafio complexo - e que mesmo com tentativas de construção de habitacionais que as contemplem, ainda sim, não são pensadas as especificidades e a necessidade de se ter um aparelhamento no entorno da habitação, fundamentais para apoiá-las na execução tanto do trabalho produtivo quanto reprodutivo.

Referente ao acesso à moradia por meio de programas vinculadas à política habitacional que a priori buscam beneficiar famílias chefiadas por mulheres, se quer dá enfoque ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que desde sua promulgação definiu a preferência para a titularidade de imóveis à mulheres. Entretanto, foi na segunda fase do Programa, especificamente em 2012, que foram inseridas novas condicionalidades às mulheres, promulgando assim, maior visibilidade a configuração de famílias chefiadas por mulheres. De acordo com Silva (2021), foi a partir do caráter interseccional do PMCMV, que a Organização das Nações Unidas (ONU) o reconheceu como um programa habilitado a favorecer o ingresso de mulheres a unidades habitacionais de baixo custo - com isso o PMCMV foi considerado um dos primeiros Programas de caráter habitacional à nível de Brasil, a “favorecer” o acesso à habitação, mesmo tendo suas premissas vinculadas ao grande capital e a produção de concessões para maior acumulação de capital financeiro.

No ponto de vista de Milano (2013), a concepção de moradia própria representa no cotidiano das famílias, segurança e estabilidade, em especial para aquelas que encontram-se em situação de vulnerabilidade em diferentes dimensões. É nesse contexto, de representatividade do espaço que se ocupa e da moradia que este artigo traz a tona situações vivenciadas por mulheres na condição de chefia familiar, beneficiárias do PMCMV, em Ananindeua/PA - as percepções apresentadas decorreram do processo de trabalho de técnicas sociais que acompanharam inúmeras famílias, em sua maioria famílias chefiadas por mulheres, na etapa da pós-entrega das unidades habitacionais.

Com unanimidade, ao adentrar aos apartamentos eram elas/as mulheres que recebiam as técnicas sociais - ao longo das visitas domiciliares, na realização da escuta,

as mulheres-mães revelavam seu árduo cotidiano de enfrentamento tanto dentro do ambiente doméstico quanto no cenário da cidade. No âmbito citadino, deparam-se com a violência urbana, com o tráfico de drogas e a periculosidade do entorno onde habita, foi possível constatar que elas se consideram a maior responsável por manter o bem-estar da família e de sua comunidade, colocando em xeque questões relacionadas a importância da liderança e do reconhecimento/respeito construído na comunidade.

Para mais, nos plantões sociais com grande eminência recorriam à orientações sobre encaminhamentos e dúvidas em relação ao Programa Bolsa Família (PBF) e à outras redes de serviços (principalmente ligadas à saúde). Em relação ao PBF, algumas solicitavam explicações em relação ao cadastro, documentações necessárias e mudanças de alguns dados; já outras apenas conversavam e sinalizavam que o dinheiro recebido era a principal fonte de renda mantenedora da família - o valor geralmente é gasto com material escolar, alimentação, pagamento de água e luz, ou seja, a quantia recebida era para suprir o necessário.

Ao conhecer a realidade familiar de diferentes mulheres, foi possível constatar que criam os/as filhos/filhas com a ausência masculina na moradia, e, quando possuem parceiro se relacionam “da porta de casa para fora”, mulheres que já sofreram algum tipo de violência demonstraram medo e preocupação em ter um companheiro ou reatar com os pais de seus filhos. Além disso, outros motivos ficaram evidentes, como: envolvimento e consumo de entorpecentes, abandono familiar, ameaça de morte, encarceramento do/a companheiro/a - indicando assim, que mesmo sobrecarregadas vivem uma realidade com muitas preocupações, vivenciam um lazer restrito, em relatos ficaram evidentes os preconceitos sofridos e as opiniões estereotipadas que comumente suportam, além, de exporem processos de conciliação de responsabilidades entre família, sustento e cuidado.

Nas diferentes atividades realizadas pelo trabalho social a partir dos PTS, ficou nítido que mesmo que as mulheres tenham sido beneficiadas com a moradia por meio da política habitacional, elas vivenciam episódios que as oprimem e por vezes comprometem sua autonomia - nas falas expressavam a sensação de desgaste ao ter que realizar as tarefas domésticas, prover e criar as crianças e jovens, referente a rede de apoio, poucas recorrem aos entes familiares e indicam que tem pelo menos uma vizinha de confiança. Para mais, algumas mulheres que trabalham fora do ambiente familiar informaram que

os/as filhos/as mais velhos/as, principalmente as meninas, ajudam a cuidar dos menores, vão buscar na escola e colaboram em algumas tarefas domésticas.

No processo de escuta das famílias a partir das atividades vinculadas ao trabalho social nos habitacionais - se teve a percepção sobre a dificuldade do ingresso no mundo de trabalho, as atividades que realizam estão condicionadas à trabalhos autônomos e informais, geralmente ligadas a área da beleza e estética, área do cuidado ou ao artesanato. No processo de oferta de cursos de qualificação profissional por meio do PTS, as mulheres em sua maioria priorizavam suas/seus filhas/os, alegando que não queriam que as crias passassem pelas mesmas dificuldades, e ainda, com os/as filhos/as ocupados/as poderia ter mais tempo de organizar algumas tarefas domésticas e resolver pendências externas que levam longos períodos para se resolvidos já que no município há um déficit na distribuição de postos de saúde, de CRAS, de creches, dentre outras redes de serviços.

Diante das reflexões expostas no decorrer do presente artigo, das percepções no âmbito do trabalho com famílias nos habitacionais, em Ananindeua/PA - ficou evidente que as famílias mesmo ocupando uma moradia que outrora era um sonho a ser conquistado, por vezes concebem a casa como um campo de conflitos e contradições, famílias com baixo poder aquisitivo experimentam o palato da pobreza, da vulnerabilidade e dos riscos, não somente na condução das relações familiares, mas também na sua relação com a cidade.

Por fim, percebeu-se que o espaço habitado por elas é totalmente diferente do vivido pelo gênero masculino, as disparidades devem ser reconhecidas e evidenciadas, uma vez que cogitar e propor políticas que universalizem o acesso igualitário à cidade e à moradia, é indispensável. Sabe-se que se tem muito a viver, a lutar, a deconstruir - todavia, problematizar as relações de gênero que atravessam a produção do espaço urbano, trazer à tona debates/discussões que deem visibilidade a temática e que estimule a construção de novos caminhos, já é um horizonte a ser traçado.

III CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou trazer à tona percepções e discussões obtidas a partir da vivência profissional de técnicas sociais e de estudos sobre a respectiva temática em evidência. Para tanto, ficou nítido as inúmeras problemáticas que atravessam o cotidiano de mulheres-mães-trabalhadoras, e que as demandas que apresentam vão para além das questões de habitabilidade - elas envolvem questões de gênero, pobreza e vulnerabilidade.

Para mais, se quer aqui deixar provocações para se pensar sobre a elaboração/construção de políticas de combate ao déficit habitacional, e ainda, se refletir sobre a produção de moradias que levem em consideração aspectos da identidade cultural das mulheres, bem como as especificidades das famílias monoparentais femininas e que no entorno dos habitacionais tenha disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos - para que as moradias não sejam apenas um espaço de “simples produção de massa de casas idênticas” (ROLNIK, 2021, P. 18).

Se teve evidências que no espaço da moradia as mulheres ainda assumem a responsabilidade do trabalho de cuidado, atividade atravessada por desigualdades de gênero - e quando as condições de habitação não atendem suas necessidades, os impactos são mais profundos. Por fim, cabe reconhecer que na cena contemporânea apesar de serem elaboradas políticas sociais que buscam reconhecer, dá enfoque/preferência à arranjos familiares que tem a mulher como principal responsável e/ou na condição de chefia, ainda sim, verificam-se políticas focalizadas e com uma perspectiva de gênero transversal, quando se precisa ir para além dessa percepção, é fundamental problematizar práticas que banalizam e naturalizam ideários designados às mulheres, dentre eles: a conciliação de família, trabalho e cuidado.

REFERÊNCIAS

ADORNO; T. W; HORKHEIMER. M. Sociologia da família. In: CANEVACCI, M. **A dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva.** – 1ª Ed. Editora brasiliense, 1981.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.**– 2 ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2018.

ARRIAGADA, I. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, famílias e trabalho em perspectiva comparada.** – Bauru, SP: Edusc, 2007. 368 p.; 23 cm.

BARDWICK, J. M. **Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas.** São Paulo: DIFEL, 1981.

BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (organizadores). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.** 1ª Ed. 1ª reimp. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006. 488p.

CAMPOS, M. da S. O casamento da política social como família: feliz ou infeliz?. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. da S.; CARLOTO, C. M. (Org.). In: **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015. p. 21-43.

CAMPOS, M. da S. Que família é essa? In: WANDERLEY, M. B.; OLVEIRA, I. In: **Trabalho com família.** São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004. p. 14-17.

GELINSKI, C.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015. p. 21-43.

GOLDANI, A. M. Retratos da família em tempo de crise. In: **Estudos Feministas**, nº especial, 2º semestre, CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

JULIE, N. **Análisis de la incorporación de la perspectiva de género en el Programa de Mejoramiento de Barrios, ejecutado en el Departamento de Montevideo, Uruguay, entre 2001 y 2016.** Tese (Mestrado em 144 Gênero, Sociedade e Políticas Públicas) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Tucumán, 2018.

ROLNIK, Raquel et al. Como fazer valer o direito das mulheres a moradia?. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (org). In: **Relatoria Especial da ONU para o Direito a Moradia Adequada.** Disponível em: 2011_ONU_Direito_das_Mulheres_a_Moradia.pdf (usp.br). Acesso em: 15 de ago. de 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre: Faculdade de educação/UFRGS, v. 6, n. 2, jul/dez, 1990.

MILANO, J. Z. **Um lugar para chamar de seu? O Programa Minha Casa Minha Vida e a ideologia da casa própria.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, 154 f.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. ; CARLOTO, C. M. (orgs.) – **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social.** – São Paulo: Cortez, 2015.

ROSA, E. P. da. **Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 2007, 133 f.

ROSÁRIO, G.; FERREIRA, G. A Representação da Mulher na Obra Marxiana: Interseções entre Gênero, Opressão, Classe e Capitalismo. In: **Diversidade e Estética em Marx e**

Engels. – Campinas: Papel Social, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

SILVA, K. A. C. **O direito à cidade e à moradia das mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no município de Curitiba.** Dissertação (Mestrado em Curso em Planejamento Urbano) - Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021, 162 f.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo: 1900-2000.** 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n.71, p. 45 - 62, 2002.